

Narrativas, memórias e libertação: (re)definição de uma identidade religiosa entre irmãs de vida consagrada

Narratives, memories and liberation: (re)definition of a religious identity among consecrated sisters

*Clarice Bianchezzi**

Resumo

O presente artigo versa sobre a atuação de um grupo de religiosas dissidentes da Congregação das Irmãs da Divina Providência de Santa Catarina que, a partir de 1975, ao colocarem em prática projetos educacionais nas áreas empobrecidas de Florianópolis (SC), passam a resignificar sua opção religiosa, onde se percebe o delinear de uma opção de identidade coletiva religiosa-militante. Opção religiosa que se consolida, na nova prática religiosa social e resignificada, na ruptura com a antiga Congregação e pelo nome religioso coletivo assumido pelo grupo: Associação de Vida Religiosa Fraternidade Esperança.

Palavras-chave: militância social, identidade coletiva, religiosas militantes.

Abstract

This paper discusses the social work of a group of dissident Catholic nuns from Congregação das Irmãs da Divina Providência de Santa Catarina, who since 1975 have put into practice education projects in impoverished areas of Florianópolis (SC), and then sought to reframe his religion choice, a choice in which we perceive a collective militant religious identity. The change was consolidated in the new social religious practice that was identified by a new collective religious name that the group adopted after its break with the ancient congregation: Associação de Vida Religiosa Fraternidade Esperança.

Keywords: Social militancy; Collective identity; Militant nuns.

Introdução

O presente artigo versará sobre o grupo de religiosas que compôs a Associação de Vida Religiosa Fraternidade Esperança, fundado na cidade de Florianópolis-SC no ano de 1978. O referido grupo é dissidente da Congregação

* Bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora no curso de Ciências da Religião do Centro Universitário Municipal São José (USJ), SC. <cbianchezzi@yahoo.com.br>.

das Irmãs da Divina Providência (Província do Coração de Jesus, com sede em Florianópolis-SC).

Em meados do ano de 1969 se inicia um projeto educacional, no Colégio Coração de Jesus - CCJ, em Florianópolis, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, pela iniciativa da Irmã Flávia Bruxel, que assume a direção do referido colégio entre os anos de 1968-1975. O projeto era voltado aos princípios do Concílio Vaticano II (1962-1965), no que se referia à educação formativa e religiosa; à prática de mulheres consagradas à vida religiosa; e, também, à Conferência Episcopal de Medellín (1968), nos itens educação libertadora, inserção religiosa, *opção preferencial pelos pobres*.

Outras religiosas que atuavam neste colégio e em outros colégios e hospitais desta congregação também se sentiram motivadas a partir da leitura e estudo destes documentos oriundos das reuniões conciliares e do episcopado latino-americano, e se envolveram na experiência iniciada no Colégio Coração de Jesus em Florianópolis, assim protagonizando posturas semelhantes.

Neste artigo daremos destaque ao que se desenvolveu no Colégio em Florianópolis, devido aos desdobramentos que tais ações adquirem ao ocasionar ruptura com a congregação de origem – de aproximadamente 60 religiosas no final do ano de 1978.

Um olhar para alguns passos da caminhada, momentos de um processo escrito por alguns e aqui lembrado por outros: protagonistas, coadjuvantes, intelectuais que buscam compreender parte dessa vivência. Lembranças e memórias das quais nos valemos para perceber, nessa trama do cotidiano, sinais de uma experiência capaz de contribuir no recriar a identidade religiosa e, talvez, coletiva.

Pelo que pudemos perceber pelos resquícios encontrados, temos um momento marcante do processo enfatizado, tanto pelos documentos acessados como nos testemunhos coletados, quando a religiosa Flávia Bruxel assume a direção do CCJ em 1968, incentivando e desenvolvendo princípios educacionais que diferiam dos até então praticados dentro dessa unidade educacional católica. Assim, propomo-nos retomar à luz da discussão sobre identidade religiosa elementos e momentos desse processo feito por uma trama de recomeços.

1. Primeiro momento: mudanças dentro do Colégio Coração de Jesus

Havia no Brasil e na América Latina um fervilhar de ideias e ações que perpassavam a Igreja Católica entre os anos de 1960 e 1980, no campo das militâncias sociais promovidas por lideranças católicas da hierarquia e lideranças leigas. Notamos, então, que, também em Florianópolis, algumas religiosas da Congregação das Irmãs da Divina Providência, na Província do Coração de Jesus, repensam sua atuação religiosa considerando,

As constantes exigências da participação dos religiosos em muitos setores da vida profissional, a necessidade de estarem mais próximos do povo e de se identificarem sempre mais com ele nas lutas por condições mais justas de vida, atingiram as raízes de algumas Irmãs. Elas vinham do povo e se sentiam interpeladas por este mesmo povo. Cada dia ficava mais claro o apelo do Deus. “O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu; e enviou-me para anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a restauração da vista, para por em liberdade os cativos”. Lc 4,18-19 (Fraternidade Esperança, 1995, p. 2).

Nesse intuito ao longo do período de 1968 a 1975, houve discussões, encontros de reflexão, onde essas mulheres consagradas à vida religiosa nos momentos de estudo passam a repensar a participação religiosa e o desafio de viver a consagração mais próxima dos pobres. A professora Mirian, leiga que foi diretora do Colégio Coração de Jesus (CCJ), aponta mudanças organizadas pela Irmã Flávia quando era diretora:

Na direção da Flávia ela tratou de trabalhar muito as questões de participação, liberdade com responsabilidade, abriu um pouco o Colégio de uma perspectiva de classe econômica social alta de Florianópolis, atendendo a burguesia de Florianópolis, para um espaço que fosse mais popular e mais acessível à população. Esse trabalho teve por base: no âmbito religioso, por se tratar de uma Escola confessional, a Teoria da Organização Humana, os escritos de Medellín, a influência do Vaticano II e, isso eram textos que eram também analisados e refletidos em reunião de professores entendendo outra lógica de escola confessional, não voltada à burguesia, mas podendo ser aberta a toda a população (Schlickmann, 2005, p. 1).

Ao falar do CCJ, essa professora leiga nos traz a informação de que os primeiros passos rumo à modificação da atuação se deram dentro da unidade do Colégio. Pelo que podemos inferir o início da reorganização dessa caminhada e da

própria identidade religiosa, se deu num espaço de atuação educacional efetivo e não no centro organizacional da Província, mas no dia-a-dia do colégio que tinha representatividade, conceituação e reconhecimento educacional da Província do Coração de Jesus. Tal respeito não existia só pela sua tradição católica na educação *esmerada* das filhas de elite política e social de Florianópolis, mas também pelo *status* de ser o tradicional colégio das Irmãs da Divina Providência na capital catarinense.

As reuniões de estudo¹, que envolviam as religiosas, os professores e professoras leigas, a respeito dos documentos episcopais do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín são, igualmente, apontados como subsídios de ampla influência na reorganização da educação dentro dessa unidade escolar católica, que reestruturou sua pedagogia e seu público atendido. A professora Mirian destaca:

Também tiveram outras coisas no cenário da ciência, por exemplo, foi à época a descoberta da primeira infância, o papel fundamental do desenvolvimento infantil. Isso tudo a gente vinha acompanhando e tinha-se convicção de que se o Colégio Coração de Jesus continuasse o seu trabalho de certa maneira tradicional, mas ao mesmo tempo fizesse hoje a chamada inclusão das classes populares, atendendo elas no bairro... Mas quando era festividade e tinha atividade conjunta essas crianças do Caieira do Mocotó – eram alunos do Coração de Jesus, registrados, matriculados, tudo – então se fazia comemorações conjuntas (Schlickmann, 2005, p. 2).

Destacamos duas experiências iniciais promovidas por esse grupo de religiosas que estava à frente do CCJ. Uma seria a abertura de turmas de alfabetização de jovens e adultos, dentro das dependências no CCJ, no período noturno, e a outra, a elaboração e aplicação do Projeto Caiera – do Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) no bairro de mesmo nome da periferia de Florianópolis, no ano de 1975.

Nessa perspectiva estamos compreendendo ambas as experiências como impulsionadoras da nova identidade religiosa desse grupo específico de mulheres religiosas, pois, como afirma Alain Touraine, “a identidade de projeto, produz sujeitos, chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo conjunto de experiência da vida individual...” (Touraine apud Castells, 1999, p. 26). Dessa forma, nos

perguntamos como em torno de tais projetos teria se articulado a identidade religiosa de inserção social deste grupo de religiosas.

Ao que nos parece, havia um projeto de vida diferenciado, aspirado por essas religiosas, e no bojo da experiência, da prática, possivelmente ter-se-ia construído o projeto de identidade religiosa na inserção e militância social.

Quando temos acesso ao que lembra o professor leigo Tito Lívio, outros elementos vêm contribuir para compreendermos a experiência com as turmas de alfabetização atendidas no CCJ, no centro da cidade de Florianópolis.

A Flávia, na época, ela quis abrir o Colégio à noite, que geralmente ficava fechado, para que as pessoas da comunidade pudessem estudar de graça com os professores do Colégio com o mesmo nível dos turnos matutino e vespertino. Os pais não aceitaram, foi uma reação violenta e aí começou o desentendimento. Os pais questionando a Flávia, questionando as mães provinciais da época e a sociedade, os que estudavam no Colégio, os pais, tinha gente de classe média e da elite (Menezes Jr, 2005, p. 2).

Pela lembrança desse professor, identificamos que a organização inicial das turmas de alfabetização de adultos ocorreu quando na direção do CCJ estava a Irmã Flávia, que, ao proporcionar o acesso ao colégio a um público composto por pessoas oriundas das classes empobrecidas de Florianópolis, gerou descontentamento da *classe média e da elite*. Esse ato, de certo modo, afrontava os últimos, ao misturar pobres com ricos, *pondo por terra* a distinção social que estudar no CCJ, tradicionalmente, proporcionava às famílias e às meninas da sociedade florianopolitana e catarinense.

2. Segundo momento: reorientação da Província e eleição provincial

Somado à iniciativa, adotada dentro do CCJ, das turmas de educação de jovens e adultos, do estudo dos documentos da Igreja (Vaticano II e Medellín), no ano de 1975 ocorreu eleição para direção geral da Província do Coração de Jesus, o que contribuiu, significativamente, para a definição das novas frentes de atuação da Congregação das Irmãs da Divina Providência em Santa Catarina:

A Congregação das Irmãs da Divina Providência encerrou hoje [28/01/1975], com Missa na Capela do Provincialato do Colégio Coração de Jesus, mais um Capítulo Provincial. Reunido desde o dia 20 de janeiro, o encontro serviu para a tomada de resoluções importantes, como por exemplo, a eleição da Madre Provincial da Congregação em Florianópolis, Irmã Cacilda Mercedes Sauthier.

(...) Nas deliberações de ontem foram aprovados os Estatutos e o Regimento da Província de Florianópolis. Irmã Berenice, relações públicas do Capítulo Provincial, salientou que modificações internas de relativa expressão foram introduzidas, tanto pela necessidade de se adaptar à evolução de todos os setores no mundo moderno como para atender necessidades internas (Capítulo Das Irmãs Da Divina Providência, 1975, p. 41).

Pelo que nos aponta esse fragmento da notícia veiculada pela revista Arquidiocesana Pastoral de Conjunto, os Estatutos e o Regimento da Província sofreram nessa Assembleia *modificações internas de relativa expressão*, o que nos faz suspeitar que a experiência iniciada no CCJ tivesse influenciado, assim como os documentos conciliares e oriundos da Conferência de Medellín, a organização da Província do Coração de Jesus, pois a continuação da matéria publicada indica que as mudanças documentais foram impulsionadas *pela necessidade de se adaptar à evolução de todos os setores no mundo moderno como para atender necessidades internas*. Perguntamo-nos: quais seriam essas necessidades internas? Há vestígios importantes ao longo dessa matéria.

(...) a nova Madre, Irmã Cacilda Sauthier, ocupou até o último dia 24 o cargo de primeira assistente da Madre Provincial, Irmã Helena Jäger. Já no cargo, levada por uma eleição democrática “proposta pela base”, a Madre Geral escolheu como conselheiras as Irmãs Clemilda de Bona² e Helenira Vigarani³. Permanecerão no cargo durante seis anos, quando será realizado um novo Capítulo. Calma, ponderada nas respostas e simpática, as eleitoras devem ter encontrado várias outras qualidades na religiosa Cacilda Sauthier, de 36 anos e uma das mais jovens, “talvez a mais jovem na história da Congregação” (Capítulo das Irmãs da Divina Providência, 1975, p. 42).

Eleita madre provincial com apenas 36 anos, jovem para um cargo de renomada responsabilidade, pelo que nos informa o fragmento acima, a mesma ocupara anteriormente a eleição uma função diretamente ligada à coordenação geral da Província, o que talvez tenha sido um dos fatores que contribuíram para sua eleição. As duas religiosas escolhidas para conselheiras também tinham a idade aproximada da madre geral. Eram jovens, tais como muitas lideranças católicas de militância social-religiosa Brasil afora neste período.

Uma das conselheiras analisa essa eleição:

Nesse Capítulo o tensionamento foi porque nós fomos eleitas três brasileiras jovens. Mais ou menos a nossa média de idade era 34 anos, a média. A mais nova tinha 30, nós duas tínhamos 36 anos.

Então, isso sendo brasileiras, nenhuma de origem alemã, sendo uma congregação de origem alemã. Nenhuma de nós de origem alemã: duas de origem italiana e uma de origem francesa. Então isso causou um descontentamento de certa linha, que queriam alguma conservadora no poder (Sartor, 2005, p. 1).

Sinaliza-se para as situações de divergência e conflito dentro da Província nos anos subsequentes à referida eleição, pois as religiosas conduzidas à direção eram simpáticas à Teologia da Libertação e com isso a “educação foi se alinhando na linha da educação libertadora traçada por Medellín” (Sartor, 2005, p. 3).

No mesmo ano do Capítulo Geral da Congregação das Irmãs da Divina Providência, em abril de 1975, inicia-se o Projeto Caiera, com o chamado Centro de Desenvolvimento Infantil, ligado diretamente ao CCJ, tendo a aprovação e parceria da direção à frente da Província. Também a direção do colégio, a partir deste ano, passa às mãos de uma leiga, quebrando a tradição de uma religiosa ser diretora dessa unidade escolar.

Em 75, a pedido dela [Irmã Flávia] e por licença e designação da madre provincial, porque direção de escola era cargo de Província, eu [Miriam Schlickmann]⁴ assumi a direção geral do Colégio Coração de Jesus (...). À época a madre da Província, Cacilda Sauthier, ela era simpática e não só simpática, mas tinha a firme crença que o papel da religiosa era um papel que não era a favor das classes sociais privilegiadas. Não é que tinham que ser excluídas, mas como elas [religiosas] com o voto de pobreza, castidade e obediência tinham por missão, principalmente, a população excluída, que isso era o grande mote do novo papel das religiosas na sociedade brasileira ou catarinense (Schlickmann, 2005, p. 1).

Em razão da posse de uma leiga na direção desse colégio de renome da Divina Providência, se manifestaram contrariadas lideranças da Igreja de Florianópolis e, principalmente, o grupo contrário às modificações pelas quais estava passando a Província, após a eleição de Madre Cacilda Sauthier, que manteve a organização do CCJ pensando não única e exclusivamente *nas classes sociais privilegiadas*, mas na linha de abertura do colégio para novas frentes de atuação religiosa. Todavia, o entendimento de que as religiosas *tinham por missão, principalmente, a população excluída* e que isso seria *o novo papel das religiosas na sociedade brasileira ou catarinense* não era apenas da madre superiora da Província de Santa Catarina, mas de muitas outras religiosas que

compartilhavam desse ideário presente nas discussões da Igreja, chamada progressista, na América Latina e no Brasil.

Podemos inferir que, começando pela experiência com as turmas de alfabetização de jovens e adultos dentro do CCJ, passando pela eleição para a direção da Província de uma pessoa que compartilhava dos ideários de *educação para a libertação* que a Irmã Flávia, orientada nos princípios de Medellín, havia implantado dentro do CCJ, tais ideais tornaram-se prática inspiradora de um grupo de religiosas que se sentiram instigadas a viver a experiência de vida religiosa na inserção social.

Podemos perceber que esse forjar de identidade religiosa de inserção se deu num contexto onde relações de poder são questionadas, reestruturadas, onde são disputados espaços e tendências sociais religiosas. Sentir-se atraído, identificado com uma experiência, opção religiosa, parece-nos ser antes de tudo algo individual, para depois ser coletivo. Para essas mulheres consagradas, os princípios que norteavam a experiência que as envolvia com a realidade dos empobrecidos, além das influências sociais, advinham da presença religiosa e evangélica da Teologia da Libertação. O bispo arquidiocesano, Arcebispo Dom Afonso Niehues de Florianópolis, afirmou:

Diante de tal situação cheguei à conclusão de que ambos os estilos de Vida Religiosa – uma na linha da tradição, outra na linha da encarnação, na realidade, são viáveis e dignos de acatamento, porém inconciliáveis nas mesmas comunidades. Parece, por conseguinte, natural e lógico que seja criada uma nova Província, dando, inicialmente, liberdade às religiosas para que optem por esta ou aquela Província, de acordo com o estilo de vida que deseja seguir. (...) A nova Província contaria, inclusive, com as experiências, tanto positivas como negativas deste período de duras provas, para sua orientação futura (Niehues apud Körbes, 2004, p. 153).

Pela percepção do Arcebispo Dom Afonso, o estilo de vida religiosa *encarnado, na realidade* é reconhecido como viável e digno dentro dos preceitos católicos. Contudo ele tem claro que havia dentro da Congregação das Irmãs da Divina Providência duas tendências de vida religiosa, que se tornaram inviáveis de conviver dentro da mesma Província. Por isso, assim como as religiosas que optavam pelo trabalho e inserção nas áreas empobrecidas, ele também apontava, como alternativa para conciliar os ânimos alterados, a criação de uma nova Província Religiosa. O que não aconteceu, pois não foi aceito pela Sagrada

Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares (SCRIS) e pelo Capítulo Geral acontecido em 1978 na Alemanha.

Compreendemos que, ao romper com a Congregação das Irmãs da Divina Providência, por não ser possível a conciliação de projetos de vida religiosa distintos, este grupo dissidente consolida a construção de *novos significados em torno da identidade de um projeto*, que tinha como intenção evangélica a ação pastoral junto aos empobrecidos da sociedade. Mas, antes do rompimento efetivo, houve discussões e tentativas de conciliação que iremos nos deter em momentos citados em narrativas e em documentos.

3. Terceiro momento: anos de crise na Província do Coração de Jesus

No ano de 1975, algumas mudanças tomam corpo dentro do CCJ, conforme já citado. Mas também precisamos lembrar que a experiência iniciada com o Projeto Caiera se amplia e, no ano de 1976, se implanta o Projeto Morro do Mocotó, com mais visibilidade, concentrando investimento e atenção nas áreas empobrecidas. Porém, essa atuação voltada para áreas empobrecidas contrariava a perspectiva de muitas lideranças (conservadoras) da Igreja Católica de Florianópolis e, de modo especial, o estilo de vida religiosa da Congregação das Irmãs da Divina Providência.

No mês de fevereiro de 1976, a Superiora Geral da Congregação das Irmãs da Divina Providência, Irmã Dorotéa Kauling⁵, tomou conhecimento que “na Província ‘Coração de Jesus’, havia sérios tensionamentos entre as Irmãs. Um grupo exigia a demissão da Direção Provincial” (Körbes, 2004, p.93) e, a pedido do arcebispo Dom Afonso, a Superiora Geral veio ao Brasil. “Ela esperava permanecer no Brasil por pouco tempo, mas logo reconheceu que a questão não se resolveria em algumas semanas” (Körbes, 2004, p.93). Como a situação apontava sinais de crise na Congregação, a Superiora Geral buscou compreender como se dava a gestão da Província visando conciliar a situação. Após questionar cada uma das Irmãs da direção da Província, concluiu que, com alguns ajustes nos rumos provinciais, a direção se manteria.

Quando terminou esse questionamento todo escrevemos uma carta, aí [...] o Conselho Provincial de então se comprometeu de fazer algumas mudanças. Aí nós tivemos Encontros Regionais em diferentes locais da Província, junto com a Madre Geral mais o assistente espiritual e assistente da madre geral, para dizer que

eles nos legitimavam no poder novamente. Eles queriam nos tirar do poder, mas que legitimavam no poder e que, para nós permanecermos, tínhamos que mudar nos vários aspectos questionados.' Quando passou essas reuniões nas comunidades, o grupo da oposição reagiu... (Sartor, 2005, p. 7).

Aqui se apresenta a situação de dois grupos que haviam se formado dentro da Província do Coração de Jesus. Os indícios apontam para uma disputa de poder que toma corpo dentro da Congregação, questionando e não concordando com a permanência do grupo eleito em 1975, na direção da Província.

Já nos primeiros meses desses encontros, Irmã Dorotéa recebeu uma carta das Irmãs que lideravam o grupo de oposição, comunicando sua não concordância com o fato de Irmã Dorotéa ter deixado na Direção Provincial as mesmas Irmãs, o que as obrigava a levar suas queixas à Congregação dos Religiosos, em Roma (Körbes, 2004, p. 94).

A divergência era tal que o grupo de oposição, ao não conseguir que a Superiora da Congregação interviesse e destituísse do cargo as religiosas eleitas, recorreu à instância hierárquica superior: a Congregação dos Religiosos, em Roma, fora da própria Congregação da qual faziam parte. O desenrolar dos acontecimentos se desdobra em dois aspectos: a) disputa de poder que se trava dentro das instâncias da instituição católica; b) com esse conflito, o reforço do elo grupal das religiosas que se identificavam com um projeto de vida religiosa voltado para os empobrecidos da sociedade.

Percebe-se nesse cenário um campo de relação de forças que, na ação de ambos os grupos de freiras, adquire a dimensão de uma disputa de poder: de coordenar, de decidir ações e práticas para Congregação das Irmãs da Divina Providência.

O que vinha, até então, sendo desenvolvido havia causado mudanças⁶ que, se num primeiro momento localizavam-se no CCJ, num segundo momento, após 1975, estenderam-se a toda a Província: nos colégios e hospitais pertencentes a essa Congregação religiosa. Sobre as referidas mudanças ocorridas dentro da Província, encontramos indicativos na fala de Irmã Emilia, quando essa aponta do que as acusava o grupo de oposição.

Então eram oito pontos que elas nos acusavam: **1) As pequenas comunidades**⁷: que as irmãs já estavam começando viver em pequenas comunidades, para começar aos pouquinhos se inserirem no meio dos pobres. Elas diziam que era para irmãs ficarem na grande comunidade, porque nas pequenas elas seriam mais autônomas⁸; **2) A formação**: elas queriam que tirasse imediatamente a mestra de noviças, pois a metodologia utilizada era diferente da tradicionalmente usada. Eles exigiram que tirássemos a mestre de noviças. Nós tivemos que a substituir na formação; **3) A autoridade**: víamos a autoridade como serviço e exercida de forma linear. Onde é dada oportunidade as Irmãs de questionarem e sentirem-se co-responsáveis; **4) A criatividade comunitária**: questionaram a criatividade comunitária atribuindo toda mudança à sua utilização na instituição; **5) A oração**: era questionada a forma de oração. O grupo tinha clareza entre espiritualidade e oração formal. Buscava viver uma espiritualidade que ligava fé e vida; **6) O patrimônio**; **7) As equipes diretivas leigas**; **8) A conselheira provincial** voltar a morar dentro do provincialado, porque ela, como conselheira provincial, não devia estar morando fora. Ela morava numa pequena comunidade em Barreiros. Mas nossa opção foi que ela permanecesse morando na pequena comunidade (Sartor, 2005, p. 7).

Esses oito itens norteavam a discussão dos rumos da Congregação e do trabalho iniciado pela direção geral em 1975. Dos aspectos que envolvem as acusações, gostaríamos de destacar o que nos parece ser o eixo no qual giravam os demais: as *pequenas comunidades*; a *autoridade*; o *patrimônio*. A ideia das *pequenas comunidades* não era algo exclusivo dessa Congregação, era uma experiência que acontecia na América Latina e no Brasil.

Essa experiência de viver fora dos muros das casas sedes da Congregação: colégios, hospitais, provincialado⁹, oportunizou que muitas religiosas, na região da Grande Florianópolis, vivessem na pobreza e com o básico necessário, caracterizando uma opção e identidade religiosa. Talvez o fato de uma das conselheiras provinciais morar nessas comunidades fosse o mais evidenciado, afinal quem ocupava cargos de direção na Província eram religiosas que tinham formação acadêmica. Residir na periferia, naquele momento, parecia ao grupo contrário a esta opção religiosa uma afronta à ordem estabelecida de que a coordenação Provincial, tradicionalmente, residia na sede do Provincialado.

Ao questionarem a *autoridade* religiosa, ao perguntarem, ao flexibilizarem as relações entre co-irmãs, ao se compreenderem como comunidades e, conseqüentemente, como iguais, essas religiosas procuravam um crescimento individual e coletivo, preceito defendido pelo movimento de criatividade

comunitária, levando as pessoas a refletirem sobre sua realização pessoal em relação à escolha feita. Com essa compreensão, as equipes diretivas das escolas e hospitais, foram organizadas com a ideia de fundo de que o conjunto era igual em capacidade, capazes, inclusive, de mudar realidades e potencializar ações.

A articulação do Colégio e seu braço de trabalho com as classes populares, de inclusão, acho que esse foi outro momento (...) de enfrentamento. Acho que a discussão leigo/religioso foi um dos enfrentamentos também. Papel do leigo, papel do religioso, porque (...) não era explícito, mas era tácito que os leigos poderiam fazer esse papel de administração, de envolvimento e que elas, enquanto religiosas, tinham que ter outro papel na sociedade. Eu acho isso (...) internamente foi um ponto de tensão muito forte (Schlickmann, 2005, p. 2).

O item *patrimônio* está inserido no projeto de dirigir a atuação da Província para os empobrecidos, seguindo os indicativos de Medellín, que desafiavam as Congregações a uma práxis social. “E isso era um financeiro que não tinha retorno. Era só para população pobre nas favelas, então não tinha retorno nenhum, só desembolso, só saída e não entrada, isso tudo foi criando uma dificuldade” (Volpato, 2005, p. 2). Dessa forma, o *patrimônio* da Província do Coração de Jesus das Irmãs da Divina Providência, colocado como prioridade para o atendimento do público empobrecido, ocasionou menor acumulação patrimonial, pois os investimentos nos Centros de Desenvolvimento Infantis (CDI) foram exemplos de atividades que não tinham e não visavam lucros para a Congregação.

Outra situação referente ao patrimônio está na venda de parte do terreno do CCJ, citado por um dos professores da época.

Só que o trabalho delas era voltado para a classe menos favorecida, com simplicidade, com resultado. (...) Num, tem aquelas outras irmãs que tinham não sei se inveja ou achavam que elas estavam dilapidando o patrimônio com a construção do muro de arrimo. Como o Colégio não tinha dinheiro para fazer, ofereceu em troca o terreno que depois foi construído o Edifício Augustus, ali do lado. E dali começou a gerar aquele conflito de algumas irmãs que não detinham o poder maior, mas tinham influência para minar o trabalho (Philipi, 2008, p. 2).

O professor Onildo informa a venda de um terreno para construção do muro de contenção, nos fundos do CCJ, esquina com a Rua Saldanha Marinho. Também nos foi comentado, por um depoente, com identidade em segredo, que a

Irmã Flávia solicitou que 15% do valor obtido com a venda desse terreno fosse disponibilizado para os projetos dos CDIs, o que não foi aceito pelas demais religiosas.

Não tendo os cargos de direção da Província, o grupo da oposição utilizou a sua influência para tentar reaver o espaço de decisão. Nesse conflito, nos parece que o equilíbrio de poder estava em jogo o tempo todo, mas que o grupo à frente da direção provincial mesmo com os interditos, as recusas conseguia ainda assim obter resultados a seu favor, mantendo os CDIs funcionando e a política da Província também voltada para os empobrecidos.

4. Quarto momento: “o racha” na Província do Coração de Jesus

Quando a Congregação dos Religiosos de Roma tomou conhecimento do impasse que vivia a Província do Coração de Jesus das Irmãs da Divina Providência em Florianópolis, nomeou um Visitador Apostólico, Dom Inácio Barbosa Accioly¹⁰, abade do Convento São Bento do Rio de Janeiro. Ele procurou conhecer o Movimento de Criatividade, orientado pelo sociólogo Waldemar de Gregori, cujo sistema servia de referência à Direção Provincial de Florianópolis e que era considerado a causa das dificuldades (Körbes, 2004, p. 94-95).

Assim, durante meses, o Visitador entrevistou cada uma das religiosas da Província. Irmã Emília comenta suas lembranças desses momentos:

Ele tinha uma visão muito tradicionalista, a visão dele não era de uma Igreja aberta, de uma Igreja conciliar. Ele arguiu irmã por irmã (...) e fez um questionário a todas. (...). Terminado o questionamento à Província inteira (...) ele nos chamou e disse: é bom que vocês peçam demissão e que tudo vai mudar na Província (Sartor, 2005, p. 8).

Ao serem interpeladas com “duas alternativas: ou renunciar livremente ao cargo ou serem demitidas do mesmo” e “considerando a legitimidade de seu cargo, assumido por eleição no Capítulo Provincial de 1975, as três diretoras optaram pela não-renúncia” (Körbes, 2004, p. 96). E Irmã Emília afirma “nós demos a resposta para ele, dizendo que nós não tínhamos cometido nenhum delito” (Sartor, 2005, p. 8). Dessa forma, o Visitador as exonerou do cargo e nomeou um novo Conselho Provincial.

Durante esse ano, os trabalhos continuaram a ser desenvolvidos dentro da Província e dentro do CCJ. As pessoas que estavam envolvidas com os CDIs sabiam que a situação não era tranquila para a Direção Provincial, mas isso não afetou o trabalho já iniciado na Caiera do Saco dos Limões e não impediu que, em fevereiro de 1976, se iniciassem as atividades o CDI do Morro do Mocotó, na sede do Clube Caramuru¹¹, e em 1977 as do CDI de Capoeiras, instalado no antigo escritório da Cassol S/A, e do CDI Monte Serrat (Caixa da Água), organizado no salão de festas da capela local.

Há indícios de que se vivia uma constante preocupação de como agir diante dos fatos ocorridos, da parte do grupo destituído da direção Provincial. Nisso é possível inferir que a identidade coletiva dava fortes sinais de organização, o que pode ter potencializado a ação coletiva do grupo.

Como uma estratégia coletiva de resistência, diante dos impasses de manter a direção eleita em 1975, as equipes diretivas de colégios e hospitais pediram demissão em apoio à referida equipe diretiva: “as equipes foram (...) se demitindo na hora. Eles diziam: eu me demito do cargo. E um por um, um por um... deixamos a Província acéfala” (Sartor, 2005, p. 9).

Havia religiosas das diversas partes da Província que se identificavam com o trabalho iniciado em Florianópolis. Diante do impasse dentro da Congregação, estas acabaram por tornar-se um grupo unido em torno de uma opção de vida religiosa que se vinculava a um projeto social-religioso. Além das religiosas, havia leigos envolvidos com esse trabalho em áreas empobrecidas. Os mesmos assim se definem, em uma correspondência endereçada ao Capítulo Geral da Divina Providência:

Como grupo de intelectuais, operários, professores, empresários, profissionais liberais, estudantes¹² – mas, sobretudo, cristãos engajados para os trabalhos de transformação social pacífica junto ao marginalizado e oprimido suburbano e junto aos religiosos e leigos que por opção lá residem e trabalham (Carta ao Capítulo Geral, 1978, p. 5).

E se posicionaram em relação à situação pela qual passava a Província do Coração de Jesus afirmando:

Nós um grupo de leigos engajados na pastoral suburbana da grande Florianópolis, desde 1969, como fruto das reflexões de Medellín – a grande tomada de consciência da Igreja no continente – nos apresentamos diante do capítulo geral dessa Congregação,

para oferecer-lhes uma constatação (Carta ao Capítulo Geral, 1978, p. 1).

Sugerindo que mesmo com as tentativas de desarticular o trabalho, ainda assim a convicção católica desses leigos não foi destruída:

É verdade que o grande escândalo que a Congregação provocou, querendo destruir um dos primeiros trabalhos de base junto à crianças carentes, não chegou a abalar a fé e o espírito de luta das muitas pessoas engajadas no processo, apesar das perseguições, impecilhos (*sic*) e obstáculos colocados por um grupo de Irmãs que despercebe as necessidades do trabalho (Carta ao Capítulo Geral, 1978, p. 5).

Ao se referirem a *um dos primeiros trabalhos de base junto às crianças carentes*, esses leigos mencionam sua identificação com a militância social da Igreja pós-Medellín, assumindo e comprometendo-se com grupo de *membros comprometidos com os oprimidos* e insinuando um *retrocesso estrutural* da Congregação quando parte da mesma busca impedir a continuidade do engajamento religioso-social através dos projetos de CDIs.

Houve uma última tentativa de manterem-se unidas pela identidade da Divina Providência, sendo dirigido ao Capítulo Geral que aconteceu em 05 de julho de 1978 em Münster, na Alemanha, o pedido para a formação de uma nova Província religiosa, que tivesse como meta de atuação as áreas empobrecidas. O pedido teve a seguinte resposta:

Estamos convencidas de que as graves diferenças só podem ser superadas, se cada Irmã puder identificar-se com a imagem autêntica da Irmã da Divina Providência e da nossa Comunidade Religiosa. Isso inclui, querida Irmã, que a sra. se coloque ao lado da autoridade do Conselho Geral, do atual Conselho Provincial, bem como da autoridade do Visitador Apostólico; que tentem todas, em abertura e disponibilidade de diálogo, seguirem juntas o caminho comum. Se, contudo, a sra. não puder identificar-se com este quadro de referência, somos da opinião que a unidade na pluralidade e, conseqüentemente, a credibilidade de nosso testemunho evangélico comunitário, estão ameaçadas. Nesse caso, a sra. querida irmã, ao que nos parece, só poderá continuar a realizar o seu esforço e dedicado engajamento no serviço da Igreja e do mundo, fora da nossa Congregação. Nossa tomada de posição, como capitulares, coincide com a do Conselho Geral e da Sagrada Congregação dos religiosos: não podemos, na atual situação, declarar-nos a favor da fundação de uma nova Província (Carta Resultante do Capítulo, 1978, p. 3).

Na carta podemos perceber que mesmo formando um grupo que se identifica com uma atuação diferenciada, a correspondência foi direcionada a cada religiosa, em particular, o que nos desperta a pergunta: quais as razões disso se o pedido fora efetuado de forma coletiva? Teria sido porque os votos religiosos, quando proferidos, são efetuados de forma individual, e como o que estava envolvido era a postura pessoal vocacional, essa seria uma das razões da resposta ter sido enviada direcionada a cada uma das pessoas? Ou ao direcionar resposta individual, tinha-se com intenção de pressionar cada uma a repensar suas atitudes, *a examinar sua consciência*, o que poderia contribuir para que essas mulheres mais facilmente optassem por renunciar a tudo que até então haviam defendido para não serem desligadas da Congregação. Ao dirigir-se de forma individualizada, sugere-se a visualização de algo isolado, sem unidade ou homogeneidade; que essa atuação fosse de apenas algumas mulheres.

Salta aos olhos nesse documento que a identificação religiosa com a práxis social não era considerada, em nenhum momento, coerente com os princípios cristãos de vida religiosa. Nem sequer cita-se a pertinência dos documentos conciliares e a realidade vivenciada pela Igreja latinoamericana e brasileira de inserção nos movimentos de militância social, característica diferenciada em relação à Igreja europeia. Ao que parece, eram ignoradas ou ao menos silenciadas essas possíveis influências na postura dessas religiosas, aludindo-se na carta a uma postura pessoal, individual, ao sugerir-se que as mulheres envolvidas visavam a desorganização da Congregação.

A carta do Capítulo Geral dirigia-se a cada uma das religiosas que assinaram a solicitação para a fundação de uma nova Província. Percebemos vestígios, nesse documento, do entendimento das participantes de que as Irmãs requerentes já não se identificavam com os princípios da Divina Providência. Em afirmação conclusiva encerram o documento: *ao que nos parece, só poderá continuar a realizar o seu esforço e dedicado engajamento no serviço da Igreja e do mundo, fora da nossa Congregação*, sugerindo a elas que, se não tinham mais identificação com a postura/opção religiosa vivenciada pela Divina Providência, buscassem outro espaço, pois naquela Congregação encerravam-se as possibilidades de flexibilizar o campo de atuação religiosa.

Após receberem essa resposta as religiosas optam, então, por se manterem no grupo que se identificavam. O primeiro pedido de afastamento temporário foi

efetuado de forma coletiva, o que nos fornece novos elementos de que essas religiosas já haviam criado ligações coletivas de identidade que possivelmente se resignificaram no processo com o projeto de vida religiosa voltada para os empobrecidos de diferentes realidades sociais. Contudo, a Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares (SCRIS) negou o pedido: “Esta SCRIS não concede a exclaustração¹³ requerida. Antes de tudo a exclaustração deve ser pedida, não coletiva, mas individualmente, tratando-se de um ato que comprometerá cada uma das religiosas de modo pessoal” (Carta redigida por Frei Fábio Panini, 1980, p. 3).

Argumentando que esse pedido de afastamento da Congregação implicava um comprometimento direto e individual de cada religiosa solicitante, não foi aceito o pedido coletivo. Considerando isso, foi redigido um pedido individual que, encaminhado à SCRIS, obteve resultado favorável:

Em seu requerimento de dispensa dos votos, cada uma das Irmãs (...) deixou bem claro que o seu pedido de dispensa dos votos não significava para elas, de forma nenhuma, um gesto de abandono do compromisso perante Deus anteriormente assumido de viver Vida Consagrada, sendo seu expresso desejo de continuar a viver os Conselhos Evangélicos de Nosso Senhor Jesus Cristo, na forma que o Senhor Deus lhes viesse a inspirar, e em absoluto respeito aos espaços que a vigente legislação canônica lhes deixasse livres. Forma essa de Vida Consagrada (Carta Redigida por Frei Fábio Panini, 1980, p. 3).

Ao solicitar a dispensa dos votos, deixam explícito que pretendiam manter-se na *vida consagrada*, sendo que ao redigir essa solicitação já haviam se organizado sob o nome religioso de Fraternidade Esperança, em setembro de 1978. A dispensa efetiva dos votos será confirmada em documento datado de 10 de janeiro de 1979:

Num gesto de radicalidade evangélica, após se desligarem legitimamente da Congregação da Divina Providência e o que nela tinham de segurança pessoal, mantendo-se unidas na comunhão, tudo puzeram (sic) em comum – Vidas, Bens, Capacidades Pessoais -, passando a chamar-se mutuamente de Irmãs, e comprometendo-se, mediante voto, a viver segundo os Conselhos Evangélicos de Nosso Senhor Jesus Cristo, na forma do Projeto de Vida que para si escreveram: o da FRATERNIDADE ESPERANÇA¹⁴. Para isto optaram, conforme proposta a elas oferecida pelo Capítulo Geral da Congregação a que pertenciam, nos termos da carta de 05.08.78, mediante documento escrito, firmado em 03.09.78: “Declaro¹⁵ que, muito consciente, de livre e espontânea vontade, e vendo nisto um caminho de Deus, optei e me decido a assumir a experiência de uma nova Fraternidade

Religiosa, marcada pela busca da verdadeira vida evangélica, e engajada na pastoral da Igreja de hoje” (Carta Redigida por Frei Fábio Panini, 1980, p. 5).

Essas mulheres religiosas passam por um longo conflito e mesmo assim se mantêm unidas em torno de um projeto, de uma identificação religiosa. Nas linhas do documento acima, percebemos a decisão pessoal, a opção de assumir individualmente uma nova vida religiosa em conjunto e no termo *experiência* pode-se perceber que essa opção era vivenciada em uma nova identidade religiosa.

No uso sereno e livre deste direito fundamental e inviolável de pessoas batizadas, em resposta consciente ao apelo de Deus, as Irmãs que hoje integram a FRATERNIDADE ESPERANÇA, a um dado momento da história de sua salvação, resolveram REDEFINIR SUA OPÇÃO POR VIDA CONSAGRADA¹⁶, à luz dos ensinamentos e dos apelos do Episcopado Latinoamericano em Medellín (Carta Redigida por Frei Fábio Panini, 1980, p. 6).

No que podemos inferir, na frase *resolveram redefinir sua opção por vida consagrada* encontramos as evidências mais fortes de que as movia a busca por uma identidade em que as mesmas se realizassem como religiosas; uma identidade que pautasse sua ação nos princípios evangélicos e cristãos com que as mesmas se identificavam; uma identidade consagrada que as ligasse em torno de um princípio e um carisma religioso, mas acima de tudo que as realizasse como seres humanos; uma identidade coletiva construída à luz dos ensinamentos e apelos de Medellín.

Sugere-nos que essas religiosas buscaram no coletivo o fio condutor de seus ideais – aglutinador e identificador da percepção que a vida religiosa sofria transformações na América Latina. Pelos vestígios que se repetem nas falas e nos documentos, a identificação coletiva nos parece ter sido essencial para a definição do grupo religioso Fraternidade Esperança.

Ao solicitarem o desligamento da Congregação das Irmãs da Divina Providência, o secretário da SCRIS, Dom Agostinho Mayer destacava:

Como as requerentes tinham manifestado a intenção de constituírem uma Associação Diocesana sob a autoridade e direta responsabilidade do Sr. Bispo de Joinville, que se mostrou favorável à causa, é necessário que o Visitador Apostólico leve as interessadas a compreenderem que, se quiserem realizar tal meta (i.e., de constituírem uma nova Associação Diocesana), será

indispensável a dispensa prévia dos seus votos religiosos (Carta Redigida por Frei Fábio Panini, 1980, p. 6).

Na solicitação de dispensa dos votos feita coletivamente, o grupo havia informado a intenção de formação de uma nova organização religiosa, para que assim pudessem manter-se na vida consagrada, no perfil identitário por elas escolhido e dentro das possibilidades que o Direito Canônico oportunizava.

Em 05 de dezembro de 1978, foram entregues, através do Bispo de Joinville, Dom Gregório Warmeling, 46 procurações¹⁷ com pedido de dispensa dos votos. Numa carta anexa, D. Gregório declarou-se disposto a acolher as Irmãs egressas em sua Diocese. (...) Dessa forma saiu um número significativo de irmãs que ocupavam postos de liderança na Província Coração de Jesus (Körbes, 2004, p. 100).

Para tal intuito tiveram como apoiador e orientador espiritual, Dom Gregório Warmeling, bispo diocesano de Joinville-SC.

5. Quinto momento: a identidade coletiva religiosa oriunda desse processo

A decisão de romper com a Congregação das Irmãs da Divina Providência deu-se em 03 de setembro de 1978. Após isso, foram feitos os encaminhamentos para que efetivamente o grupo fosse reconhecido dentro da instância católica.

Aí fizemos uma Assembleia e decidimos romper e formar o grupo. Aí escolhemos o nome de Fraternidade Esperança. Tudo era decidido em grupo, aí nos perguntávamos que nome vamos dar para o grupo? Foram vários nomes, escolhemos Fraternidade Esperança porque? Fraternidade porque nós vivemos num mundo que tem muita desunião, viver a Fraternidade. E esperança para suscitar a esperança lá onde não existe, nos milhões de empobrecidos e marginalizados, por isso o nome Fraternidade Esperança (Sartor, 2005, p. 13).

A identificação, o sentimento de pertencimento ao grupo, nos parece ser o elemento presente na organização coletiva que teria culminado na decisão de desligamento da antiga Congregação. O princípio de vida religiosa defendido já no final dos anos 1960, dentro do CCJ e na atuação individual dessas religiosas, tornou-se a base para a elaboração para do projeto de vida desse grupo: *suscitar a esperança lá onde não existe, nos milhões de empobrecidos e marginalizados.*

Identificamos no documento encaminhado a Dom Gregório, datado de 09/09/1978, que as intenções religiosas de atuação eram claras e objetivas.

Ser resposta aos sinais dos tempos hoje na Igreja: colocar-nos ao lado do oprimido, marginalizado – o pobre. Nosso serviço junto ao irmão consistirá em lhes ser revelação do amor de Deus, sinal de esperança de vida e estimulação a sua libertação cristã. Para isto, nós nos propomos engajarmos em obras de cunho educacional, especialmente de educação de base; na área da saúde de comunidade¹⁸ e da promoção social e humana, em consonância aos planos de pastoral da igreja local (Carta com Informes de Dados, 1978, p. 3).

Nas intenções de atuação aparece a identificação com os *oprimidos e marginalizados*, dando especial atenção à *educação de base, saúde de comunidade e promoção social humana*, os três aspectos básicos que eram desenvolvidos nos CDIs. Nisso há vestígios de que a experiência iniciada no ano de 1975 continuou presente influenciando a vida religiosa dessas mulheres consagradas.

Pelos indícios encontrados é possível inferir que a referida experiência subsidiou a assembleia geral da Fraternidade Esperança, de 28/12/1978 a 05/01/1979, sendo referenciada na elaboração do Projeto de Vida onde constam as áreas de atuação:

Nossa atuação se desenvolverá no mundo do trabalho rural e suburbano, nas áreas pesqueiras e reservas indígenas, servindo-nos de ferramentas e metodologia próprias, para desencadear um processo de libertação, apoiando e integrando iniciativas e organizações populares (Projeto de Vida Fraternidade Esperança, 1995, p. 16).

Além das áreas de atuação, fazem referência ao que visavam enquanto grupo religioso: *desencadear um processo de libertação, apoiando e integrando iniciativas e organizações populares*, sinalizando para a identificação desse grupo não apenas com as áreas empobrecidas, mas como um movimento maior que acontecia no Brasil, da educação popular nas organizações de bairros e de trabalhadores.

Acolhidas pelo bispo de Joinville, que “consultando os seus Irmãos de Episcopado no regional de Santa Catarina e deles te[ndo] recebido a expressa concordância (...)” (carta redigida pelo Frei Fábio Panini, 1980, p.06), a Fraternidade Esperança passa a ser reconhecida, pelo Regional Sul IV da CNBB,

como um grupo de mulheres consagradas com identidade religiosa ligada, diretamente, à prática nos meios populares.

Deste modo, conforme documentos consultados referentes à identidade jurídico-canônica do grupo religioso, o mesmo, pelas características que apresenta perante as leis da Igreja/Direito Canônico, é denominado Instituto Religioso em Formação. No ano de 2002 organizou-se e aprovou-se a criação da Associação de Vida Religiosa Fraternidade Esperança, com estatuto civil, pela necessidade de organizar o patrimônio comum desse grupo, que se resumia à sede geral e algumas moradias populares em que residem comunidades de Irmãs (Körbes, 2004, p. 160,161).

No ato de acolhimento dessas religiosas, Dom Gregório as acolheu com uma carta de igual teor, direcionada nominalmente a cada uma dessas mulheres.

Recebi o seu pedido e o acolho de coração aberto. (...) Sabemos que você não vem de mãos abanando. Traz consigo muita riqueza interior: paz e alegria natural e espontânea. Maturidade, respeito e personalidade. (...) Nos últimos tempos você viveu horas amargas e difíceis. Não guarde nenhum ressentimento de nada. Não vale a pena. Não perca seu tempo em ruminar o passado. Não leva a nada. (...) Faça da comunidade uma verdadeira família. (...) A comunidade será o que o grupo fizer dela. Sinta verdadeira alegria em voltar para sua comunidade (Carta de Acolhimento, 1978, p. 1).

No trecho acima, Dom Gregório incentiva as religiosas a esquecer os momentos tristes do passado, animando-as a viver uma comunidade religiosa de acolhida e alegria, destacando que cada uma tinha qualidades e méritos pessoais e religiosos que lhes davam condições de fazer um trabalho digno dentro dos princípios católicos de vida consagrada no grupo ao qual se uniam e se identificavam.

6. As unidades de CDIs após a crise e ruptura religiosa em 1978

Como já vimos anteriormente, era nos CDIs que acontecia a experiência direta com as comunidades pobres de Florianópolis. Foi onde as religiosas dissidentes, na prática e vida cotidiana nessas comunidades, encontraram elementos motivadores para resignificação de sua identidade de religiosa. Mas

com a saída desse grupo da Congregação das Irmãs da Divina Providência, quem ficou responsável por manter esses CDIs financeira e pedagogicamente?

A única mantenedora financeira do projeto era a Província, através do Colégio Coração de Jesus. As unidades em funcionamento no Morro do Caeira, no Morro do Mocotó e no Morro da Caixa, não eram unidades autônomas. Eram unidades do Colégio Coração de Jesus, funcionando nas comunidades. As crianças matriculadas nestas unidades eram alunas do Colégio (Naspolini, 2008, p. 5).

Na fala acima do professor Antenor Naspolini, percebemos que os CDIs estavam sob a responsabilidade do CCJ, reforçando a questão de como ficou a situação dessas unidades de atendimento às comunidades empobrecidas com a saída do CCJ e da Congregação das religiosas que se identificavam com esse tipo de trabalho. Esse mesmo professor relembra que:

Uma das pedras no sapato do Interventor¹⁹ eram os Centros de Desenvolvimento Infantil, cuja existência dependia diretamente dos recursos repassados pela Província. A madre interventora, assessorada pelo plenipotenciário interventor eclesiástico, não queria mais mantê-los. Cada tentativa de não mais destinar os recursos financeiros para sua manutenção, era acompanhada por um movimento que envolvia a comunidade onde se localizavam os CDI e comunicação com D.Afonso, a quem as Irmãs cassadas procuravam imediatamente. Com este movimento foi possível continuar com as atividades nos CDI, sempre em alta tensão, em decorrência de ameaças de que no mês seguinte a Província deixaria de mantê-los (Naspolini, 2008, p. 7,8).

Insinua-se um constante movimento de resistência ao fechamento dessas unidades de atendimento às crianças empobrecidas que envolvia a comunidade atingida. As religiosas destituídas do cargo e a mediação de Dom Afonso tentavam manter os CDIs funcionando, mas essas pessoas sabiam que a Província a qualquer momento interromperia o financiamento, o que, conseqüentemente, ocasionaria o fechamento. Por isso, buscava-se encontrar uma forma de mantê-los em plena atividade. Nos primeiros meses de 1978, “o Interventor decidiu que a Província continuaria a manter os CDI por certo tempo, mas iria estabelecer um prazo para deixar de repassar recursos financeiros.” (Naspolini, 2008, p. 8). O grupo de leigos e religiosas envolvido com esses Projetos deveria buscar alternativas legais e financeiras para que essas unidades não fossem prejudicadas com a postura da província de não mantê-los.

Assim esse mesmo professor comenta:

Nesta conjuntura recebi um telefonema, em Brasília²⁰, consultando sobre a possibilidade de ir a Florianópolis para uma reunião sobre o futuro dos CDIs. A reunião ocorreu na sede do Arcebispado com a presença de D. Afonso, o interventor, a madre de plantão, uma assessora sua, a Irmã Elizabeth Lengert, da Fraternidade Esperança que coordenava os CDIs e eu (Naspolini, 2008, p. 8).

Mas por que o professor Antenor Naspolini foi chamado para essa reunião? Porque esse professor assinara, juntamente com a Irmã Flávia Bruxel, o primeiro projeto de CDI, e os demais ele redigira e assinara. As religiosas se utilizaram desse fator alegando que o professor Antenor tinha direitos autorais sob os projetos, numa estratégia para postergar a decisão de desligamento da Província do financiamento dos CDIs. Citavam que sem a presença desse professor não podiam decidir nada.

Dom Afonso abriu a reunião procurando situar o estado da questão e a necessidade de se buscar uma solução que não prejudicasse as crianças. Fui o segundo a falar e entrei com tudo. Informei que eu me negava a participar de uma reunião com a presença da madre de plantão que demitira sumariamente toda a direção do Colégio Coração de Jesus, sem ter ouvido as pessoas demitidas. Foi como uma pedra no formigueiro. Ninguém esperava por esta. Seguiu-se um silêncio geral. O interventor, com uma irritação que saltava aos olhos, tentou argumentar sobre a necessidade da presença dela e de sua assessora (Naspolini, 2008, p. 9).

O arcebispo tentou mediar a situação:

D. Afonso fez um apelo para que eu reconsiderasse e que pudéssemos analisar o problema com mais calma. Irmã Elizabeth começou a me dar força dizendo que... mas não conseguiu terminar. O Interventor cortou a palavra dela, rispidamente. Retomei a palavra e mantive a radicalização de não aceitar participar de reunião com a madre de plantão e acrescentei que se ela permanecesse na sala, eu sairia imediatamente. A madre de plantão e sua assessora não usaram da palavra, em nenhum momento. Por elas falava o interventor. D. Afonso parecia assustado com o que acontecia na sua casa²¹, mas manteve a calma e sugeriu que as duas se retirassem da sala (Naspolini, 2008, p. 8).

A preocupação de Dom Afonso e das religiosas da Fraternidade Esperança era de que as crianças atendidas nessas unidades não poderiam ser

prejudicadas por causa de desentendimentos internos da Congregação. Contudo, transparece que o professor Antenor, ao questionar as atitudes que haviam destituído da direção do CCJ e da Província as religiosas companheiras de Irmã Elizabeth, presente na reunião, mexeu no delicado âmago da questão que era o *pano de fundo* do que tentava se resolver, com sua recusa de permanecer na mesma sala que a direção nomeada, em 1977, pelo interventor canônico, Dom Inácio Barbosa Accioly:

As duas mulheres que agora mandavam na Província e a coordenadora dos CDI saíram da sala e nela ficaram três homens para tomar uma decisão sobre algo de importância capital para a Província com a qual nenhum dos três tinha vínculo! Evidentemente, a decisão tomada era de que nada se poderia decidir naquelas circunstâncias e os CDIs tiveram uma garantia de sobrevida até nova decisão (Naspolini, 2008, p. 9).

Essa foi uma das tentativas de encontrar um caminho conciliatório para os rumos futuros dos CDIs. Mas como não se entrou em consenso entre a Congregação das Irmãs da Divina Providência e o interventor canônico, então, como nos informa professor Tito Lívio, organizou-se a Sociedade Alfa Gente, que “foi criada para substituir o Colégio, que caiu fora das creches, então tivemos que arrumar outro jeito” (Menezes Jr, 2005, p. 1), e também para dar o caráter legal de organização social:

ela foi criada em 28 de abril de 78. Porque antes nós funcionávamos como grupos, não como sociedade, mas como havia muita perseguição por causa do comunismo-socialismo então nós legalizamos. Era como um grupo que comandava esse processo. Não tinha essa legalização (Menezes Jr, 2005, p. 2).

Irmã Terezinha relembra os primeiros momentos da organização dessa Sociedade:

Em abril de 1978 foi criada, nasceu a Sociedade Alfa Gente, como eles de uma hora para outra demitiram todos os professores, o que nós vamos fazer? Elas continuarem a trabalhar, sem vínculo empregatício isso não era justo, nós trabalhamos pela justiça social. Foi então em 28 de abril que nós, eu digo nós porque eu ajudei a criar a Sociedade Alfa Gente, que quer dizer início de gente trabalhando com crianças. Isso para poder dar o vínculo empregatício para o pessoal que estava trabalhando, agora como manter isso? Agora era um desafio louco, nós não tínhamos nada era só com a cara e com a coragem. Então surgiram umas pessoas muito lindas que nos ajudaram. Até um deles foi o Fernando Marcondes de Mattos, que ele publicou aquele livro *Santa Catarina: tempos de angústias e esperanças*. Ele deu toda a

tiragem dos livros para nós vendermos para poder pagar o pessoal (Volpato, 2005, p. 3).

Pelo que podemos perceber na fala de Irmã Terezinha, no ato de demitir os professores vinculados aos CDIs, houve uma tentativa de fechar essas unidades, como já apontado pelo professor Antenor Naspolini, da parte do grupo de religiosas nomeado à direção da Província pelo Interventor Canônico. Porém se encontrou como alternativa a fundação da Sociedade Alfa Gente, que, mesmo legalizada, teve como dificuldade imediata encontrar meios de se manter financeiramente. Dentre os caminhos encontrados houve as doações, como a da tiragem do livro. Outra foram os carnês de doação voluntária, conforme fala-nos o professor Tito:

Então como nós não conseguimos fazer convênio nem com o Estado, nem com a LBA que forneciam recursos na época, nós tentamos conseguir sócios, gente que acreditasse na ideia. E conseguimos 500 sócios, para manter tanto a do Caiera, como no Morro do Mocotó (Menezes Jr, 2005, p. 1).

Dessa forma as unidades educacionais se mantiveram e continuaram atuando nesses bairros por certo período. Sugere-se que, para o grupo de religiosas essa experiência popular, tornou-se campo de construção de uma nova identidade religiosa.

Os bispos de Santa Catarina, no ano de 1979, chamavam a atenção para a questão da educação no Estado:

Quanto à sua qualidade, o ensino catarinense não responde à promoção humana integral. Sendo elitista e discriminatório não está adequado à realidade rural e urbana. Desintegrado do processo comunitário, o sistema se caracteriza pela presença de grande número de crianças subnutridas, em extrema pobreza e sem saúde. Esta realidade não dá condições para um “avanço progressivo” que responda ao crescimento da pessoa (A Igreja Face à Realidade Catarinense, 1979, p. 3).

Na constatação feita pelos bispos do Regional Sul IV, de que a *educação é elitista e discriminatória*, podemos perceber pelos vestígios que o grupo de religiosas da Congregação das Irmãs da Divina Providencia que continuaram, após 1977, à frente do CCJ, também atuava, sendo agente de educação no estado catarinense, como perpetuador do modelo elitista e discriminatório que a

hierarquia católica em 1979 qualificava como inadequado para o *crescimento da pessoa*. Além disso, ao elencar a situação caótica de que a educação em Santa Catarina era palco, apontando a existência de *grande número de crianças subnutridas, em extrema pobreza e sem saúde*, chamava-se atenção para o papel católico e social de *defender a vida onde ela estivesse mais ameaçada*, desafiando as instâncias envolvidas com educação – estadual, municipal, particulares, confessionais católicas – a desenvolver uma educação mais igualitária, visando à transformação e ampliação de atendimento educacional, nos princípios da educação defendidos no documento de Medellín e assumidos pelo grupo de religiosas da Fraternidade Esperança, aqui estudado.

Considerações finais

Falar que a Igreja Católica mundial passou por mudanças pós-Vaticano II já não é mais novidade. Assim como falar das tendências teológicas que ganharam ênfase após a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia (1968), e tiveram adeptos em vários espaços religiosos e sociais da América Latina e do Brasil. Bem como das perseguições políticas que muitas de suas lideranças consagradas enfrentaram durante o regime militar brasileiro. Isso, porém, não pode ser desconsiderado neste estudo, por se tratar de religiosas que compunham a Igreja Católica de Florianópolis, o que as sujeitava à conjuntura político-religiosa vivida nos anos 1970.

No que podemos concluir, os projetos-piloto de CDIs foram fundamentais para a nova dimensão pastoral que o grupo de religiosas, aqui estudado, assumiu, onde, além do papel religioso, passou a agregar o papel social-militante, extensivamente desempenhado na periferia de Florianópolis.

A identidade religiosa Fraternidade Esperança, no que se nos sugere, foi construída na intimidade dos movimentos de uma Igreja Católica militante que se espalhou pelo continente americano e que, no Brasil, tinha quantidade significativa de adeptos. Isso teria contribuído também no intuito de atender às crianças da periferia da cidade de Florianópolis. Tal atendimento, ao adquirir dimensão social, tornou-se opção pessoal, opção de vida religiosa, assumida no rompimento com a Congregação das Irmãs da Divina Providência, de forma coletiva e com outro nome religioso.

Considere-se a possibilidade apontada por Maria José Rosado Nunes:

Para o grupo das religiosas “inseridas nos meios populares”, os interesses institucionais, da Igreja e das congregações, devem estar subordinados ao objetivo maior da “libertação”, que se traduz pelo estabelecimento de estruturas sociais que garantam a justiça e a igualdade nas relações sociais, inclusive na Igreja. Nesse sentido, pertencer a uma congregação deixa de ser o elemento principal na construção da identidade coletiva. Esta constrói-se, antes, através do reconhecimento de um projeto comum de “luta para mudar as condições de miséria da população pobre e instaurar uma sociedade justa” (Nunes, 1997, p. 506).

Há indícios da existência de um “projeto comum” que teria permeado a ação desenvolvida no Colégio Coração de Jesus – unidade educativa de renome, em Florianópolis, na educação de crianças oriundas da classe média-alta – a partir do desenvolvimento de novo modelo educacional que visava *estruturas sociais que garantam a justiça e igualdade de relações sociais*, de forma a *mudar as condições de miséria da população pobre e instaurar uma sociedade justa*. Tal projeto não apenas perpassava a vivência social, mas objetivava transformações nas relações estabelecidas de longa data no colégio e no interior da própria instituição católica.

Além da política educacional adotada após 1968 no Colégio Coração de Jesus, com ênfase na *educação libertadora*, não podemos deixar de mencionar que esse *reconhecimento de um projeto comum* foi um dos elementos que contribuiu para a formação da identidade coletiva que passou a ser assumida pelas religiosas que se reconheciam e se empenhavam *na luta para instaurar uma sociedade justa*, sob a ótica da Teologia da Libertação.

Referências

100 anos do Colégio Coração de Jesus – A máquina do tempo. CD-ROM. Espaço Z design e Teiatec editora multimídia. Florianópolis, 1998.

A Igreja face à realidade catarinense. *Panfleto/carta aberta resultante da 11ª Assembléia Ordinária do Regional Sul IV da CNBB*, realizada em Lages-SC, 26 de outubro de 1979.

BIANCHEZZI, Clarice. Novos rumos dentro da Igreja: a comunidade de religiosas Fraternidade Esperança. In: SOUZA, Rogério Luiz, & OTTO, Clarícia (org). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p. 335-358.

Capítulo das Irmãs da Divina Providência – encerramento. In: *Revista Pastoral de Conjunto*. Ano 11, nº 115. Arquidiocese de Florianópolis, fevereiro de 1975

Carta ao Capítulo Geral da Congregação das Irmãs da Divina Providência Münster – República Federal Alemã, junho de 1978.

Carta com informes de dados apresentada a Dom Gregório. Impresso. Arquivo Sede Fraternidade Esperança, Bragança Paulista-SP, 9 de setembro de 1978.

Carta de acolhimento assinada por Dom Gregório Warmeling. Joinville, 8 de dezembro de 1978.

Carta redigida por Frei Fábio Panini a Dom Gregório Warmeling. Bragança Paulista. Arquivo sede da Fraternidade Esperança em Bragança Paulista-SP, 17 de fevereiro de 1980.

Carta resultante do Capítulo da Congregação das Irmãs da Divina Providência em Münster, 5 de agosto de 1978.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos & LEAL, Elisabeht Juchem Machado. *A Educação da Mulher: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino*. Relatório de pesquisa. Florianópolis: INEP, 1991.

FRATERNIDADE ESPERANÇA. *Novos rumos se abrem no chão da América Latina*. Mimeografado, 1995.

GARCIA, Letícia Cortellazi. *Entre mulheres distintas e disciplinadas: práticas escolares e relações de gênero no Ginásio Feminino do Colégio coração de Jesus (1935-45)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. *Sobre mulheres distintas e disciplinadas: práticas escolares e relações de gênero no ginásio feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945)* In: DALLABRIDA, Norberto & CARMINATI, Celso João (orgs). *O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina – final do século XIX meados do século XX*. Campinas: Mercado das Letras; Florianópolis: UDESC, 2007.

KÖRBES, Irmã Madalena. *História da Congregação das Irmãs da Divina Providência – de 1929 a 2003*. Porto Alegre: Calábria, 2004.

MACHADO, Marilane. *Do institucional ao comunitário: a Pastoral da Saúde em Florianópolis (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTINI, Estela Maris Sartori. *Curso Científico do Colégio Coração de Jesus: Cultura escolar e socialização das elites femininas de Santa Catarina (1947-1961)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MENEZES Jr, Tito Lívio de Bem. Depoimento concedido em maio 2005. Florianópolis-SC. Entrevistada por Clarice Bianchezzi. Acervo da Autora.

NASPOLINI, Antenor. *Crônica: Dom Afonso Niehues: o cardeal que São Ludgero merecia*. Luanda, Angola, março de 2008.

NIEHUES, D. Afonso. Carta enviada ao cardeal Eduardo Pironio, prefeito da Sagrada Congregação dos religiosos e Institutos Seculares (22 de julho de 1977)

apud KÖRBES, Irmã Madalena. *História da Congregação das Irmãs da Divina Providência* – de 1929 a 2003. Porto Alegre: Calábria, 2004.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

PHILIPHI, José Onildo. Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi em março 2008. Florianópolis-SC. Acervo da autora.

SARTOR, Emilia de Bona. Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em abril 2005. Florianópolis-SC. Acervo da autora.

SCHLICKMANN, Mirian. Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em maio 2005. Florianópolis-SC. Acervo da autora.

VOLPATO, Terezinha. Depoimento concedido a Clarice Bianchezzi, em abril 2005. Florianópolis - SC. Acervo da Autora.

¹ Um estudo mais amplo sobre essas reuniões de estudo e debate está presente em Clarice Bianchezzi (2008).

² Nome civil: Emilia de Bona Sartor.

³ Nome civil: Ana Viagarani.

⁴ Essa foi a primeira leiga na direção do CCJ. Assumiu o cargo com 26 anos de idade. Era bacharel e licenciada em Pedagogia, licenciada em Administração Escolar. Tinha ainda pós-graduação em Planejamento Educacional. Teve como vice-diretora a Irmã Elizabeth Lengert. (100 anos do Colégio Coração de Jesus, 1998).

⁵ Foi eleita para ocupar esse cargo em 15 de agosto de 1970, no Capítulo Geral que aconteceu em rodízios semanais nas casas provinciais europeias, sob a presidência do bispo de Münster, Alemanha, Heinrich Tenhumberg. Anteriormente fora Superiora Provincial em Curitiba. Foi a primeira Superiora Geral de nacionalidade brasileira. Natural de Bocaina do Sul (SC), entrou na Congregação em Florianópolis e, posteriormente, em Curitiba. Formou-se em Letras pela Universidade Católica do Paraná, em 1951. (Körbes, 2004, p. 89-90).

⁶ Sobre como se dava a educação dentro do CCJ, anteriormente à entrada da Irmã Flávia em 1968, há os trabalhos de: Garcia (2006, 2007); Martini (2008) e também o de Cunha (1991). Dessa forma, este estudo não se ocupará da educação desenvolvida nesse Colégio anteriormente ao ano de 1968, por não ser o objeto desta pesquisa.

⁷ Grifos nossos.

⁸ A partir desse item o registro escrito da entrevista teve palavras substituídas do original, para se ajustar de acordo com solicitação feita em 13/05/2009 pela autora do depoimento.

⁹ Provincialado é o nome dado à casa sede da Província da Congregação das Irmãs da Divina Providência.

¹⁰ Chegou a Florianópolis em 20 de agosto de 1976. Seu trabalho se estendeu até final de 1976, devido a seus repetidos retornos ao Rio de Janeiro para atender a Abadia.

¹¹ Importante destacar que a reforma desse local foi paga pelo CCJ.

¹² Ao término da referida carta, a mesma segue assinada, de punho, por 46 pessoas leigas, ou seja, não consagradas por votos religiosos, e consta ao lado de cada assinatura a profissão exercida pelo leigo assinante.

¹³ Pedido de afastamento temporário da Congregação religiosa. Pode ser solicitado, por exemplo, quando quer se ausentar por um tempo dos afazeres da Congregação para cuidar de um familiar doente, por exemplo. Com isso apenas se afasta da vivência diária na Congregação não se quebrando os votos religiosos proferidos.

¹⁴ Grifos no original.

¹⁵ Grifos no original.

¹⁶ Grifos no original.

¹⁷ Nos documentos e livros consultados não há consenso quanto ao número de religiosas que se desligou da Congregação das Irmãs da Divina Providência. Körbes (2004) em seu livro cita 46 num momento e mais à frente cita 52. No impresso *Fraternidade Esperança* (1995) consta que foram 60 religiosas. Devido a essa divergência de informação, optei em usar aproximadamente 60 religiosas.

¹⁸ A opção religiosa de engajamento na promoção da saúde comunitária foi representativa na organização da Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Florianópolis, estudada por Machado (2007).

¹⁹ O referido interventor canônico, na ocasião, era Dom Karl Josef Romer, nomeado para essa função em outubro de 1977 (cf. Körbes, 2004, p. 97).

²⁰ Admitido, mediante seleção pública nos termos do Acordo MEC/Banco Mundial, o professor atuou como Consultor de Planejamento Educacional do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, em Brasília, entre os anos 1977/1979.

²¹ A reunião foi numa sala do Paço Arqueiepiscopal.

Recebido em 10/06/2012, revisado em 19/07/2012, aceito para publicação em 15/08/2012.